



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da audiência pública sobre o EIA/RIMA dos empreendimentos “Pequenas Centrais Hidrelétricas Figueira Branca, Niágara e Santana”, de responsabilidade da Hidrotérmica Ltda., realizada no dia 14 de abril de 2011, na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo/SP.

Realizou-se, no dia 14 de abril de 2011, às 17 horas, no Teatro Municipal Palácio da Cultura “Humberto Magnani Neto”, situado na Rua Conselheiro Antônio Prado, 560 – Centro – Santa Cruz do Rio Pardo/SP, a audiência pública sobre as **“Pequenas Centrais Hidrelétricas Figueira Branca, Niágara e Santana”, de responsabilidade da Hidrotérmica S.A. (Proc. SMA 256/2009)**. Dando início aos trabalhos, a **Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA, Cecília Martins Pinto**, declarou que, em nome do Deputado Estadual, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Jordão Antônio Vidotto, Prefeito Municipal de Óleo; Manoel Diniz Fernandes, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Bernardino de Campos; Carlos Alberto Carvalho, Prefeito Municipal de Águas de Santa Bárbara; Ariovaldo Antônio Gregório, Vice-Prefeito de Águas de Santa Bárbara; e Rosana Claudia Guerra, Secretária da Agricultura de Santa Cruz do Rio Pardo –, do Poder Legislativo – nas pessoas do Excelentíssimos Senhores Dorival de Andrade, Presidente da Câmara Municipal de Óleo; José Paulo da Silva, Antônio Ferreira de Jesus e Leandro Fonseca Mendonça, todos vereadores pelo Município de Santa Cruz do Rio Pardo –, das entidades da sociedade civil – nas pessoas da Ilustríssimos Senhores Otávio Salvador Consalter, representante do Sindicato Rural de Santa Cruz do Rio Pardo; Maria Luiza de Oliveira Matielo, representante da Associação Ambiental Defensora da Bacia Parapananema-Bernardino de Campos; Umberto José Magnani, representante da Associação Rio Pardo Vivo, de Santa Cruz do Rio Pardo; José Sanches Marin, representante da Associação Comercial de Santa Cruz do Rio Pardo; e Edson Luis Piroli, professor da UNESP de Ourinhos –, do COMDEMA – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Antônio Luiz Meira, membro do COMDEMA de Piraji –, dos órgãos públicos – nas pessoas da Ilustríssima Senhora Maria Edite de Castro, do Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo; dos Ilustríssimos Tenente Alinaldo e Tenente Ellington, o último comandante da Polícia Militar Ambiental em Ourinhos –, do Ministério Público – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Dr. Wladimir Brega Filho, Promotor do Meio Ambiente de Santa Cruz do Rio Pardo –, do Poder Judiciário, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento **“Pequenas Centrais Hidrelétricas Figueira Branca, Niágara e Santana”, de responsabilidade da Hidrotérmica Ltda. (Processo SMA 256/2009)**. A **Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA** esclareceu que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos em licenciamento, projetos, obras, planos de manejo, enfim, sobre tudo aquilo que dizia respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, era um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretendia democrática, e em cujo desenrolar determinada proposta era apresentada a todos, para que pudessem ser esclarecidas as indagações, recebidas sugestões e críticas e tudo o mais que pudesse contribuir para melhoria do projeto ou da proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que tivessem algo a dizer pudessem fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA 34/01 para a condução das



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

audiências públicas e declarou ainda que o Conselho previa que as audiências se desdobrassem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte teria lugar uma exposição detalhada sobre o objeto da discussão, qual seja, nessa ocasião, o projeto do empreendimento “Loteamento Comercial e Residencial Sete Lagoas”, de responsabilidade da PDG – AGRE Urbanismo. Logo após, se concederia a palavra àqueles que representavam organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representavam órgãos públicos nem entidades civis e que falavam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência se manifestariam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal. A seguir, os representantes do CONSEMA que houvessem se inscrito, com direito também a cinco minutos cada um e, caso estivessem presentes representantes dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente-COMDEMAS, cada um teria direito a cinco minutos. Por fim, falariam representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que faziam parte do Poder Legislativo, manifestando-se ambos em último lugar, pois que dessa forma, tendo ouvido as opiniões dos diferentes segmentos da sociedade ao se manifestarem, poderiam oferecer os esclarecimentos que porventura se fizessem necessários. A **Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA** convidou, para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, Fernanda Amaral Dantas Sobral, representando o Setor de Avaliação de Obras Hidráulicas da CETESB. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da equipe responsável pelos estudos ambientais. **Alessandro di Domenico**, representante da Hidrotérmica S.A., apresentou o projeto, após o que **George Alfredo Longhitano**, representante da Ampla Projetos e Serviços em Meio Ambiente, apresentou os estudos ambientais pertinentes, dando ênfase aos principais impactos e às medidas a serem implementadas para compensá-los. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes de entidades da sociedade civil. **Antônio Salvador Consalter**, representante do Sindicato Rural de Santa Cruz do Rio Pardo, ponderou que o empreendimento afetará a estrutura de produção das propriedades agrícolas da região, inclusive com a desapropriação de parte das unidades produtoras. Chamou a atenção para a lacuna, no estudo apresentado, no que se refere ao uso do reservatório e seus impactos sobre a área de preservação permanente. Declarou esperar que sua propriedade, como as demais afetadas pelo empreendimento, seja indenizada na justa medida, e destacou já existirem usinas na região capazes de produzir toda a energia que se estima produza o empreendimento. **Maria Luiza de Oliveira Matiello**, representante da Associação Ambiental Defensora da Bacia Paranapanema-Bernardino de Campos, refletiu que a sociedade pouco podia fazer frente a empreendimentos desse porte. Patenteou sua preocupação com os impactos que o empreendimento terá sobre a mata nativa e sobre a corredeira do rio com seus saltos. Questionou se o reflorestamento previsto no EIA para as margens do rio, segundo o qual se prevê sejam reflorestados cem metros a cada margem, será efetivamente realizado, e de que forma será levado a efeito – sobretudo em vista da falta de estrutura e recursos materiais da CETESB e da Polícia Militar Ambiental da região para prover a um adequado trabalho de fiscalização. Propôs que o empreendedor começasse pelas medidas de compensação ambiental, como manejo da fauna e reflorestamento, e projetou os prejuízos decorrentes da inundação conforme a prevê o estudo. **Humberto José Magnani**, representante da Associação Rio Pardo Vivo, de Santa Cruz do Rio Pardo, após dedicar sua participação naquela audiência a Ricardo Marques Neto, declarou, em nome da instituição que disse representar, que o empreendimento conta com uma matriz limpa e de reduzida interferência no aquecimento global. Comentou outrossim que a região exhibe o Rio Paranapanema tomado de hidrelétricas, além da presença de termoeletricas, e indagou o porquê de se inundar áreas em que a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

cana-de-açúcar predomina, conduzindo ao esgotamento dos recursos naturais daquele perímetro. Destacou que a região apresenta atrativos turísticos, e diagnosticou possível a recuperação do Rio Pardo, que apresenta discreta degradação, a qual já se buscava reverter. Citou a propósito municípios do entorno de São José do Rio Pardo que gozavam da condição de estância turística ou apresentavam condições para tanto – Santa Bárbara, Piraju, Bernardino e Óleo; exortou a uma adequada exploração do potencial turístico de Rio Pardo e enfatizou a função precípua da audiência pública: indagar da população qual seu genuíno desejo. Registrou seu posicionamento contrário às cinco usinas – duas já existentes e outras três, ora discutidas, em fase de licenciamento. Pleiteou fosse mantido intacto o trecho do Rio Pardo que vai de Santa Bárbara a Santa Cruz do Rio Pardo, de grande beleza. Anunciou que requereria o indeferimento do projeto Figueira Branca, que alaga a maior reserva de floresta primária da região. Requisitou ainda fosse realizado um reestudo do projeto Niágara. Ponderou que muitas importantes informações não foram incorporadas ao estudo, e citou os municípios de Brotas e Piraju como exemplos bem sucedidos de cidades que agiram acertadamente em não permitir que usinas hidrelétricas se instalassem em seus limites territoriais. **José Sanches Marin**, representante da Associação Comercial de Santa Cruz do Rio Pardo, manifestou-se em consonância com o posicionamento de seus predecessores no uso da palavra. Perquiriu acerca dos impostos que serão gerados com a operação do empreendimento, alertou sobre a possível limitação ou mesmo impossibilidade de uso das águas do Rio Pardo e sugeriu fossem criadas câmaras arbitrais com o intuito de se agilizar o processo de indenização dos expropriados. **Edson Luís Prioli**, professor da UNESP de Ourinhos, informou que, naquela mesma semana, discutia-se na Universidade a conservação do solo e da água. Enfatizou o caráter fomentador do debate que possui a audiência pública, e que confere à população local a prerrogativa de até mesmo obstar um empreendimento em razão de seus impactos negativos, sejam ambientais, sociais ou econômicos. Observou que, no momento em que se instala uma represa, inviabiliza-se o deslocamento de espécies extremamente vitais para o meio ambiente, muito embora possam nem ser numerosas, e exortou a população presente a que fizesse projeções futuras das decisões que presentemente pudessem ser tomadas. Informou que sua especialidade acadêmica era a ocupação das terras nas margens do Rio Pardo, da nascente à foz, e destacou que um único fragmento de mata ciliar eventualmente afetado pode comprometer a sobrevivência de uma ou mais espécies, principalmente animais. Observou que geralmente ecossistemas de banhado eram os mais ricos em vida, e que por conta disso era importante considerar que todo e qualquer impacto na margem do rio também seria sentido ao longo de considerável período de tempo. Avaliou que o custo total do empreendimento era muito superior ao retorno econômico que porventura propiciará. Sugeriu a instalação de rodas d'água ao longo do rio para captação de energia elétrica, e registrou seu posicionamento contrário à implantação das centrais hidrelétricas. **Marcelo Marques** declarou haver participado também da audiência pública no município de Águas de Santa Bárbara, e acrescentou à preocupação com possíveis alagamentos na região, que manifestara naquela audiência, o temor de um impacto negativo também sobre as fontes de águas minerais da região. **Marinês de Luca** teceu elogios ao mecanismo de exercício da democracia representado pelas audiências públicas e sugeriu fosse ele aprimorado dando-se ocasião aos interessados que treplicassem a manifestação do empreendedor. Outrossim, propôs fosse cogitada a utilização de outras fontes de energia, menos danosas ao meio ambiente que a hidrelétrica, proposta para cujo desenvolvimento sugeriu o concurso da UNICAMP. Registrou ao final sua posição de repúdio ao empreendimento ora debatido e em defesa do meio ambiente. **Marcos Donizete Gonçalves**, professor em Bernardino de Campos, registrou sua contrariedade com relação à



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

construção das PCHs e conclamou a todos que unissem forças no sentido de obstar a aprovação e futura implantação do empreendimento. Reiterando alerta anteriormente feito pelo Prof. Edson, preveniu quanto aos danos ambientais derivados da mudança de curso de um rio, especialmente quanto à fauna e à flora. Destacou as peculiaridades que marcam o Estado, a devastação quase completa de sua mata ciliar e a profunda modificação sofrida pelo meio ambiente na região, e clamou pelo indeferimento do projeto em discussão. **Flávio Rossi Mantovani** fez votos de uma eficaz intervenção no processo em debate, de modo a evitar seja a obra licenciada ou que, ao menos, seja ampliada sua discussão. Ponderou que os únicos interesses que inspiram o empreendimento são os de natureza econômica, e situou questões ambientais, como o reflorestamento, no rol daquelas que urge encabeçem o rol de prioridades regionais. **José Antônio Figliolia** declarou-se preocupado com as termelétricas e os danos que produzem ao meio ambiente, e ofereceu farta coleção de dados a respeito, que ilustrou com exemplos retirados de diferentes contextos. Defendeu, doutra feita, a instalação das PCHs, e destacou a importância do empreendimento enquanto gerador de empregos, exortando a que se volte os olhos para o futuro da região, ora ameaçado. **Ana Maria Manso Lamoso**, educadora, relatou haver sido hostilizada, ela e seus alunos, quando de visita à Usina do Rio Novo, quando foram barrados, e disse temer que a história se repetisse. Destacou que a PCH empregará no máximo oito pessoas, que o próprio empreendedor as contrata a baixíssimos salários, ao contrário do que declarara seu predecessor no uso da palavra. A mão de obra mais qualificada – asseverou – é trazida de fora. Defendeu sejam preservadas as riquezas naturais da região e fomentado o turismo local, a respeito do qual informou encaminharia à Secretaria de Estado do Meio Ambiente projeto de sua autoria. Observou que a Usina São Luís apresenta excedente de energia não utilizado. Manifestou-se ao final pela defesa do Rio Pardo e de todo o meio ambiente local, severamente deteriorado. **Luís Carlos Kawashuki**, representante da organização não governamental Rio Pardo Vivo, repeliu o projeto que pretende ver instalada no município uma PCH, que julgou desnecessária. Comentou que a ausência de peixes no Rio Pardo devia-se ao impacto provocado pela hidrelétrica de Salto Grande. Ponderou que a central não era apta a gerar significativo número de vagas de emprego, que provocaria prejuízos para o turismo local, e anunciou que solicitaria ao representante do Ministério Público presente naquela audiência requeresse o sua anulação, requerendo também seu futuro reagendamento, e antecipou o ingresso em juízo com ação em que apresenta o pleito de suspensão cautelar daquela mesma audiência. A **Secretária Executiva Adjunta** esclareceu as razões pelas quais as audiências públicas eram agendadas sempre no mesmo horário, e desse modo os motivos impeditivos ou que de alguma forma não recomendavam um agendamento em horário alternativo. **Flávia Rocha Manfrin** relatou que, enquanto jornalista, realizara inúmeras reportagens sobre o setor agrícola na região, e que dessa observação concluía tratar-se de uma zona em perfeito equilíbrio, o que a levava a questionar a real necessidade de implantação da central no município. Alçava, assim, a discussão acerca da necessidade do empreendimento como preliminar de qualquer outro estudo ou discussão. Ressaltou a fragilidade dos argumentos que faziam a defesa das usinas em razão do *quantum* de empregos gerados. Mencionou, a respeito das PCHs, entrevista que fizera com Fábio Feldman, e na qual o ex-Secretário do Meio Ambiente sugeria cautela e vagar na avaliação da necessidade e pertinência de implantação das pequenas centrais. Criticou a superficialidade e imprecisão dos dados contidos no EIA-RIMA, assim como a repartição do tempo destinado ao uso da palavra, que favorecia explicitamente o empreendedor, que assim detinha melhores condições para bem defender sua posição. Propugnou pela ampliação e aprofundamento das discussões acerca do projeto e agradeceu aos prefeitos por se fazerem presentes à audiência. **Silas Garcia Magalhães**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

indagou sobre que solução seria dada pelos empreendedores à questão relativa à perda de rentabilidade das propriedades situadas no entorno do empreendimento, e citou exemplo pertinente. Alertou para as vagas de emprego que serão extintas com a extinção dessas áreas de produção agrícola, que, sublinhou, não serão repostas com as vagas criadas pelas centrais, e mencionou propriedade de sua titularidade que perderá cerca de 24% de sua área com a instalação das PCHs. **Humberto Magnani Neto** enalteceu a importância das audiências públicas no contexto de um processo democrático, contrastando-as com a forma como ocorria no período de ditadura, quando à população sequer era dado opinar. Repudiou a postura omissa daqueles que permanecem alheios ao que de relevante acontece no município e suas repercussões futuras, e ressaltou os danos que vem sofrendo o Rio Pardo ao longo do tempo. Referindo-se ao processo de licenciamento da obra, advertiu quanto ao perigo de se tomar decisões importantes apressadamente. Enalteceu as virtudes turísticas do Rio Pardo, e ponderou, após sugerir alternativas à demanda energética da região ambientalmente mais recomendáveis, que a escassez de energia elétrica era antes um problema relacionado à distribuição que à produção. Ao final, protestou quanto ao, segundo ele, exíguo prazo em que o EIA-RIMA permanece disponível para consulta em cada município interessado, e conclamou todos a unirem esforços com o intuito de obstar o projeto assim como é apresentado. **Alberto Takeshi Suzuki** protestou quanto ao caráter sumarássimo daquela fase de discussão do empreendimento, que resultava no parecer concessor da licença prévia, e propugnou por uma ampliação do prazo destinado à discussão e análise do conjunto de informações trazido pelo EIA. Defendeu a valorização do patrimônio ambiental porquanto ele ainda não foi destruído, e postulou fosse cuidadosamente discutida a eventual construção das PCHs. Passou-se à etapa em que se manifestam os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente da região. **Antônio Luís Meira**, membro do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Piraju, referendou sugestões apresentadas no sentido de se possibilitar aos municípios interessados um maior tempo para discussão do EIA e de se instituir nas audiências públicas um momento destinado à tréplica, como um justo e necessário contraste à réplica dos empreendedores. Defendeu a opção pela energia eólica, muito utilizada na Espanha e Estados Unidos, em substituição à hidrelétrica, e abordou em linhas gerais algumas das mais importantes e problemáticas questões que o empreendimento possivelmente haverá de suscitar. Previu, ainda, quanto à difícil senão impossível reversibilidade dos danos ambientais de empreendimentos dessa natureza. Exortou a população presente a atuar de forma articulada na defesa de seus legítimos interesses. Objetou que o empreendedor tratasse, no tema relacionado aos danos ambientais, apenas das indenizações, nada mencionando quanto aos investimentos. Elencou em detalhes as opções turísticas oferecidas pelo Rio Pardo e suas belezas naturais. Ponderou que as áreas de influência das barragens diferem entre si para os meios biótico, físico e socioeconômico. Enfatizou os problemas sociais que empreendimentos dessa espécie costumam gerar. Mencionou episódio ocorrido em Piraju e no qual empresa, contratada para desmatar e limpar determinada área, que seria posteriormente inundada, ocultou a vegetação sob o solo, e que, após inundada a superfície, essa vegetação veio à tona, provocando o ressurgimento de doenças extintas na região, do que resultou a morte de duas pessoas. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. **Dorival de Andrade**, vereador e presidente da Câmara Municipal de Óleo, manifestou apoio à construção da usina no município. Declarou que o potencial turístico do Rio Pardo era de difícil aproveitamento, e que como vereador defendia naquele momento os interesses econômicos de sua cidade. Comentou que o lago que surgirá com o empreendimento poderá ser transformado em área de lazer e prática de esportes náuticos, e reiterou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

seu apoio à implantação das PCHs. **Leandro Fonseca Mendonça**, vereador por Santa Cruz do Rio Pardo, criticou a repartição do tempo entre aqueles que se inscreviam para fazer uso da palavra, repartição esta que privilegiava o empreendedor, e defendeu uma maior discussão sobre o projeto em análise. Declarou que a ausência de indústrias no município não era suprível mediante a instalação de PCHs, mas sim através de uma competente gestão municipal, que valorize e trabalhe pelo crescimento da cidade. Criticou o posicionamento do vereador que lhe antecederia no uso da palavra, e que parecia-lhe era marcado por interesses predominantemente personalistas. Declarou não enxergar aspectos positivos na implantação da PCH no município. Sublinhou que, antes de participar daquela reunião como vereador, participava como munícipe, como cidadão, e traçou uma analogia entre a instalação da obra no município e a história remota do Brasil Colônia, quando espelhos eram presenteados à população indígena pelos recém chegados colonizadores. **Jordão Antônio Vidotto**, Prefeito Municipal de Óleo, repreendeu os empreendedores pela ausência de uma melhor organização daquele evento, mais especialmente no que tangia à divulgação da audiência e ao transporte das pessoas, e ressaltou a importância de serem abertas ao debate mais oportunidades como aquela. Requereu dos empreendedores maiores informações sobre a área que será alagada, sobre o procedimento indenizatório e que contrapartidas serão oferecidas à população afetada pelo empreendimento. Alertou para a repercussão negativa que a obra terá sobre o turismo local, e demandou maiores esclarecimentos sobre cada e todo importante aspecto referente à PCH. Apresentou ao representante do Ministério Público seu pleito de ver anulada aquela audiência, para que, após se informar adequadamente à população sobre os impactos do empreendimento relativamente a cada um dos municípios atingidos, fosse então agendada uma nova data para sua realização. Preveniu quanto à destruição de grande parte da mata primária local uma vez alagada a área, protestou pela ausência de previsão no estudo de uma ponte ligando os municípios de Águas de Santa Bárbara e Óleo, e encerrou alertando para a responsabilidade que cabia ter naquele momento, à vista das consequências futuras das atitudes a serem tomadas, e requereu que tudo quanto disse fosse registrado e cuidadosamente considerado. **Manuel Diniz Fernandes**, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Bernardino de Campos, alertou para o fato de que toda ingerência no meio ambiente gera um custo, e que portanto o empreendimento deveria ser discutido à luz de um planejamento de longo prazo. Criticou o exíguo prazo destinado ao conhecimento do EIA, em face da quantidade de informações que o estudo trazia. Declarou faltar ao projeto apresentado um programa de conservação do solo e das estradas rurais que contemple não apenas as áreas vinculadas ao empreendimento, mas se estenda para além. **Carlos Alberto Carvalho**, Prefeito de Águas de Santa Bárbara, relatou que o projeto inundará diversas obras de arte do município, como também a ponte que o liga ao município de Óleo, trazendo graves prejuízos – e referiu o caso dos trabalhadores do Grupo Nova América, que poderão perder seus empregos em razão da ausência de uma rota alternativa viável em substituição à ponte. Solicitou fosse o EIA-RIMA encaminhado à Comissão de Cronologia do DNP. Lembrou que a Estação Ecológica de Águas de Santa Bárbara possui rica fauna, com quinhentas e vinte e oito espécies animais de diferentes portes, treze delas ameaçadas de extinção, entre as quais o veado campeiro, e que todo esse patrimônio natural precisa ser protegido. Destacou que, à luz da Deliberação CONSEMA nº 02/2011, havia sido elaborado um importante plano de manejo para referida área, a respeito do qual ofertou subsídios de ordem técnica. Pontuou que essa iniciativa preservacionista do Governo do Estado somente havia sido possível graças à adequada aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental do impacto provocado pela implantação do Aeroporto Internacional de Campinas. Informou que foi licitada e já



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

se encontra em operação a Estação de Tratamento de Esgotos de Águas de Santa Bárbara, e que o EIA-RIMA ora em discussão prevê um alagamento da ordem de quinhentos e vinte e cinco metros, o que inviabilizará o funcionamento da estação elevatória que bombeará os esgotos até a estação de tratamento. Enfatizou que na área a ser inundada pela PCH se identifica a presença de floresta secundária em avançado estágio de regeneração, que em Figueira Branca é ainda possível encontrar-se o ipê dourado, árvore em extinção no Estado de São Paulo, e na região da PCH Santana a canela da serra, quase extinta em todo o país. Comentou que, além do carinho que a população lhe tem, o Rio Pardo é considerado, pela beleza de suas corredeiras e saltos, patrimônio paisagístico nacional, terreno propício ao ainda incipiente turismo local. Ao final, solicitou se apresentasse ao CONSEMA o pleito de conferir à região do Rio Pardo o mesmo tratamento que recebe a Estação Ecológica de águas de Santa Bárbara. Passou-se à etapa em que tem lugar as réplicas e esclarecimentos dos empreendedores. **Alessandro di Domenico**, representante legal da Hidrotérmica S/A, relatou que vem realizado reuniões públicas nos municípios, envolvendo todas as partes interessadas, com o intuito de esclarecer acerca de quaisquer dúvidas referentes aos projetos das três PCHs, e sublinhou que a intenção da empresa que representava era coletar os anseios da população e esclarecer todas as dúvidas sobre o empreendimento, e não convencer quem quer que fosse a mudar sua opinião a respeito. Solicitou fosse registrado que jamais houve omissão da parte dos empreendedores quanto a prestar o melhor esclarecimento. Informou que as PCHs constituem concessões de uso, resultado antes de uma diretriz estratégica do Governo Federal que da simples deliberação dos empreendedores. Questionou as razões pelas quais o Governo tinha manifestado a opção, nos últimos anos, pelas termoelétricas em detrimento das hidrelétricas. Afirmou que todos os acessos, pontes e estradas atualmente existentes serão mantidos após implantadas as PCHs, e, na eventualidade de não o ser viável sua manutenção, a empresa se comprometia a apresentar soluções aptas à plena proteção do direito de ir e vir. Comprometeu-se a agendar novas reuniões, se possível despojadas do formalismo regimental que marca as audiências públicas, contando inclusive com a participação do CONSEMA, com o intuito de melhor discutir o empreendimento e suas repercussões sobre a região. Esclareceu que as PCHs não retiram água dos rios – apenas a utilizam e em seguida devolvem-lhe a mesma água; que o reservatório seria utilizado conforme resultasse da discussão com a população. Destacou que as indenizações serão determinadas a partir da aplicação de critérios técnicos parametrizados pela ABNT e temperados por certa discricionariedade, tendo sempre por escopo o ideal do justo. Acrescentou que propunha a criação de um comissão multiparticipativa, integrada por representantes de sindicatos, da sociedade civil e dos produtores rurais, com a finalidade de determinação dos critérios a serem utilizados na avaliação das propriedades. Assegurou ser perfeitamente possível o estabelecimento de convênios entre os municípios, de modo a possibilitar uma divisão equânime da receita tributária proveniente da operação das PCHs. Agradeceu ao final a tantos quantos se fizeram até aquele momento presentes, e especialmente àqueles que de algum modo contribuíram com o evento. **Antônio Carlos de França** destacou que foram oferecidos ônibus para o transporte dos interessados em todas as reuniões realizadas. Informou que a divulgação das audiências havia sido realizada pela Rádio Difusora e Rádio Estância FM, Rádio 104 FM e Rádio Itaipu FM, cada uma delas com um total de trinta inserções, o que perfazia um total geral de cento e vinte mensagens veiculadas até o dia 6 daquele mês, e que outras ainda iriam ao ar no município de Ourinhos. Relatou que o carro de som circulou dezoito horas em Águas de Santa Bárbara, quarenta em Santa Cruz do Rio Pardo, quarenta e oito em Ourinhos, quatro em Óleo, quinze em Bernardino de Campos, dezesseis em Canitar e o mesmo número de horas em Chavantes. Acrescentou que as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

audiências foram divulgadas em um jornal de circulação nacional e em outro, de circulação regional. Enfatizou não antagonizar com os interesses da população, mas permanecer totalmente disposto ao diálogo. Enalteceu a importância da audiência pública enquanto instrumento democrático e possibilitador de um aprofundamento das discussões, que não devem, ressaltou, jamais adquirir um tom emocional. Ponderou que nenhum estudo de impacto ambiental logra a aprovação da Secretaria do Meio Ambiente se não for em todos os aspectos consistente e se subsistirem dúvidas de qualquer natureza. Colocou-se uma vez mais à disposição da população e autoridades para futuros novos encontros, encontros estes que venham a garantir que a discussão pautada possa aprofundar-se. Em razão de não haver mais nenhum inscrito para fazer uso da palavra, solicitar esclarecimentos, questionar ou fazer comentários ou observações, a Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA, **Cecília Martins Pinto**, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Bruno Covas, agradeceu a presença de todos e declarou terem sido cumpridas todas as etapas da audiência pública preconizadas pela Deliberação Consema 34/2001. Declarou também que todos aqueles que desejassem contribuir para o aprimoramento do projeto poderiam ainda enviar, no prazo de cinco (5) dias úteis, seus questionamentos, críticas ou sugestões, protocolando-os diretamente na Secretaria Executiva, encaminhando-os através dos Correios ou por meio da caixa postal eletrônica consema.sp@ambiente.sp.gov.br. Foi protocolado durante a audiência documento encaminhado pela A.A.D.E.P – Associação Ambientalista Defensora da Bacia Paranapanema e assinado por Maria Luiza Oliveira Matielo – Conselho Fiscal AADEPE, que passa a constar da pasta desta audiência. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa reunião. Eu, **Gerson Cotrim Filiberto**, Executivo Público lotado no Núcleo de Documentação e Consulta do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.